

PROGRAMA NACIONAL
de MEDIAÇÃO ARTÍSTICA

MEDIAÇÃO PARA O ACESSO ÀS ARTES EM ESPAÇOS ARTÍSTICOS

REALIZAÇÃO



PROEXT-AC

80 anos
UFBA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte 50 anos

MINISTÉRIO DA
CULTURA





MEDIAÇÃO PARA O ACESSO ÀS ARTES EM ESPAÇOS ARTÍSTICOS

Pistas e sinalizações a partir de experiências-piloto de mediação artística nos Espaços e Complexos Artísticos da Funarte

ORGANIZAÇÃO

Rita Ferreira de Aquino, Beth Rangel, Luiz Antônio Pereira de Sena Junior e Camila Correia Santos Gonçalves

COLABORAÇÃO

Clovis Domingos dos Santos, Daniela Scopim Ribeiro e Priscila de Azevedo Maia

SALVADOR, 2025





PARTE 1

APRESENTAÇÃO

O pleno exercício dos direitos culturais é fundamental nos processos de construção da cidadania, o que inclui o acesso à arte em suas múltiplas dimensões. A Política Nacional das Artes (PNA), é uma demanda histórica do setor e compromisso prioritário da atual gestão da Fundação Nacional de Artes (Funarte) no contexto de retomada do Ministério da Cultura (MinC).

Reconhecendo a universidade como instituição cultural e, em especial, as contribuições da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no campo das Artes e da Cultura no país, a Funarte celebrou um Termo de Execução Descentralizada com a UFBA, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão, para a realização de um projeto de pesquisa com ações de extensão. Este projeto, intitulado Programa Nacional de Mediação Artística, teve o objetivo principal de gerar subsídios para a formulação da dimensão do acesso às artes na Política Nacional das Artes.

O projeto acompanhou e desenvolveu experiências nas cinco regiões geográficas do país e mobilizou mais de trinta pesquisadores. Com intuito de compartilhar parte deste trabalho com artistas, produtores, gestores das artes e da cultura, bem como de outros setores, foram elaborados três guias de mediação artística.

Os documentos posicionam o acesso às artes na centralidade do debate público a partir de diferentes perspectivas: (1) experiências de grupos e coletivos artísticos, espaços artísticos e eventos artísticos calendarizados participantes do Programa Funarte de Apoio às Ações Continuidas 2023; (2) experiências-piloto desenvolvidas nos Espaços e Complexos Artísticos da Funarte; e (3) experiências-piloto desenvolvidas em Escolas em Tempo Integral de redes municipais e estaduais, em parceria entre instituições públicas de ensino superior e de educação básica.

Distintos e complementares, cada documento se divide em duas partes: uma primeira parte comum a todos, que aborda a concepção de acesso às artes e de mediação artística, além de apresentar o Pro-

grama Nacional de Mediação Artística e situá-lo no contexto de formulação e implementação da Política Nacional das Artes; e uma segunda parte com insumos - instrumentos, estratégias, pistas e sinalizações - para possíveis ações, planos, projetos ou programas que promovam o acesso às artes no Brasil.

Com o desejo de que este material possa contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas que promovam o acesso às artes como direito cidadão, desejamos uma excelente leitura!

**Imagem 01: Foto de Quintal de Mediação
com equipe do projeto MÚSICA DOIDA.
31/10/2024. Fonte: Clóvis Domingos dos
Santos**



O QUE É ACESSO ÀS ARTES?

O acesso às artes integra o conjunto dos direitos culturais, estabelecidos em documentos e recomendações. Um marco histórico fundamental no plano internacional é a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Artigo 22

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo 27

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

A Recomendação sobre a participação do povo em geral na vida cultural e sua contribuição para ela, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de 1976, também aponta a questão do acesso às artes e à cultura em seus pressupostos e recomendações.

UNESCO. Recomendação sobre a participação do povo em geral na vida cultural e sua contribuição para ela. 1976.

Pressupostos

“[...] a cultura não se limita ao acesso às obras de arte e às humanidades, mas é ao mesmo tempo a aquisição de conhecimento, a demanda por um modo de vida e a necessidade de se comunicar”

“[...] o acesso do povo em geral aos valores culturais só pode ser assegurado se forem criadas condições sociais e econômicas que lhes permitam não só usufruir dos benefícios da cultura, mas também tomar parte ativa na vida cultural global e no processo de desenvolvimento cultural,”

“[...] o acesso à cultura e a participação na vida cultural são dois aspectos complementares da mesma coisa, como é evidente pela forma como um afeta o outro — o acesso pode promover a participação na vida cultural e a participação pode ampliar o acesso à cultura, dotando-a de seu verdadeiro significado — e que, sem participação, o mero acesso à cultura fica necessariamente aquém dos objetivos do desenvolvimento cultural”

“[...] o problema do acesso e da participação pode ser resolvido por abordagens coletivas que se estendam a muitos setores e aspectos da vida; que tais abordagens devem ser diversificadas de acordo com as características especiais de cada comunidade, formando o todo um verdadeiro projeto de vida que exige opções políticas básicas,”

“o acesso à cultura e a participação na vida cultural são componentes essenciais de uma política social global que aborda a condição das massas trabalhadoras, a organização do trabalho, o tempo de lazer, a vida familiar, a educação e a formação, o planejamento urbano e o ambiente”

“o acesso e a participação, que devem proporcionar a todos a oportunidade não só de receber benefícios, mas também de se expressar em todas as circunstâncias da vida social, implicam a maior liberdade e tolerância nos campos da formação cultural e da criação e difusão da cultura,”

“o objetivo final do acesso e da participação é elevar o nível espiritual e cultural da sociedade como um todo com base em valores humanísticos e dotar a cultura de um conteúdo humanístico e democrático”

2. Para efeitos da Recomendação:

(a) por acesso à cultura entende-se as oportunidades concretas disponíveis a todos, em particular através da criação de condições socioeconómicas adequadas, para obter livremente informação, formação, conhecimento e compreensão, e para usufruir de valores culturais e propriedade cultural;

3. Para efeitos da Recomendação:

(b) o livre acesso democrático à cultura do povo em geral pressupõe a existência de políticas económicas e sociais adequadas.

Outro documento que merece destaque, na virada para o século XXI, é a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO.

UNESCO. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001)

Artigo 6 – Rumo ao acesso de todos à diversidade cultural

Ao mesmo tempo em que se garante o livre fluxo de ideias por meio da palavra e da imagem, deve-se ter cuidado para que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecer. A liberdade de expressão, o pluralismo da mídia, o multilinguismo, a igualdade de acesso à arte e ao conhecimento científico e tecnológico, inclusive em formato digital, e a possibilidade de todas as culturas terem acesso aos meios de expressão e difusão são garantias da diversidade cultural.

No Brasil, a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura os direitos culturais em uma seção própria do texto constitucional, evidenciando a dimensão do acesso no artigo 215 como dever do Estado.

Constituição Federal Brasileira (1988)

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Este compromisso foi reafirmado no texto constitucional nas emendas nº 48 e nº 71, com a aprovação do Plano Nacional de Cultura em 2005 e do Sistema Nacional de Cultura em 2012. Em especial, o Plano Nacional de Cultura 2014-2024 dedica princípios, artigos e um capítulo inteiro com um conjunto considerável de estratégias e ações voltadas à promoção do acesso.

Plano Nacional de Cultura 2014-2024

Capítulo III – DO ACESSO

O acesso à arte e à cultura, à memória e ao conhecimento é um direito constitucional e condição fundamental para o exercício pleno da cidadania e para a formação da subjetividade e dos valores sociais. É necessário, para tanto, ultrapassar o estado de carência e falta de contato com os bens simbólicos e conteúdos culturais que as acentuadas desigualdades socioeconômicas produziram nas cidades brasileiras, nos meios rurais e nos demais territórios em que vivem as populações.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

3.1 Ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público, a fim de qualificar o contato com e a fruição das artes e das culturas, brasileiras e internacionais e aproximar as esferas de recepção pública e social das criações artísticas e expressões culturais.

3.1.1 Promover o financiamento de políticas de formação de público, para permitir a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência, incentivando projetos e ações.

3.1.2 Criar programas e subsídios para a ampliação de oferta e redução de preços estimulando acesso aos produtos, bens e serviços culturais, incorporando novas tecnologias da informação e da comunicação nessas estratégias.

3.1.3 Estimular as associações de amigos, clubes, associações,

sociedades e outras formas comunitárias que potencializem o acesso a bens e serviços em equipamentos culturais.

3.1.4 Identificar e divulgar, por meio de seleções, prêmios e outras formas de incentivo, iniciativas de formação, desenvolvimento de arte educação e qualificação da fruição cultural.

3.1.5 Ampliar o acesso à fruição cultural, por meio de programas voltados a crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, articulando iniciativas como a oferta de transporte, descontos e ingressos gratuitos, ações educativas e visitas a equipamentos culturais.

3.1.6 Implantar, em parceria com as empresas empregadoras, programas de acesso à cultura para o trabalhador brasileiro, que permitam a expansão do consumo e o estímulo à formalização do mercado de bens, serviços e conteúdos culturais.

3.1.7 Promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques de lazer e culturais, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude.

3.1.9 Garantir que os equipamentos culturais ofereçam infraestrutura, arquitetura, design, equipamentos, programação, acervos e atividades culturais qualificados e adequados às expectativas de acesso, de contato e de fruição do público, garantindo a especificidade de pessoas com necessidades especiais.

Apesar destes importantes marcos legais, sabemos que as históricas desigualdades econômicas e sociais seguem repercutindo no acesso às artes e na participação na vida cultural em nosso país. Dito de outro modo, os direitos culturais ainda não são assegurados de forma plena e universal para todas as pessoas.

O QUE É MEDIAÇÃO ARTÍSTICA?

A mediação artística é uma forma de enfrentar o problema do acesso às artes. Não no sentido de preencher supostas lacunas com saberes especializados, mas sim de tomar a experiência artística como ponto de encontro para o diálogo, a produção e a circulação de sentidos em múltiplas direções.

Deste modo, mais do que uma atividade ou metodologia, a mediação é um posicionamento político e epistêmico radicalmente comprometido com a arte como forma de conhecimento que amplia a nossa existência no mundo. Por este motivo, não se restringe a um determinado grupo social: a mediação artística é, em si, uma tecnologia para construção de vínculos e pertencimentos.

A mediação articula a arte como forma de conhecimento em suas múltiplas dimensões - estesia, criação, expressão, fruição, reflexão e crítica - e pode se relacionar a todas as etapas do seu sistema produtivo - formação, criação, difusão, memória e pesquisa. Alarga-se a noção do acesso como eixo transversal que promove não apenas a sensibilização e mobilização de públicos para as artes, mas sobretudo o exercício da participação: deste modo, compreende-se a mediação artística como uma forma efetiva de promoção da cidadania.

É possível constatar que o campo da mediação vem crescendo significativamente no Brasil em contextos de educação formal e não formal, a partir das iniciativas de grupos e coletivos artísticos, assim como de espaços e eventos artísticos calendarizados.

Nossa defesa é de que o enfrentamento do problema da desigualdade no acesso às artes não é de responsabilidade exclusiva da sociedade civil. Como vimos anteriormente, este é um papel que cabe também ao Estado Brasileiro: União, estados, o Distrito Federal e os municípios, em articulação com a sociedade civil e o setor privado.. O que argumentamos é que a mediação artística seja fomentada como política pública. O propósito deste guia, portanto, é apontar caminhos para a efetivação do acesso às artes.

COMO APONTAR CAMINHOS PARA O ACESSO ÀS ARTES?

O Programa Nacional de Mediação Artística testou a hipótese de que a mediação artística poderia ser fomentada como política pública para a promoção do acesso às artes. Seu desenvolvimento na forma de pesquisa-ação possibilitou combinar investigação científica e intervenção prática, de modo que os sujeitos implicados foram parte ativa na construção de soluções. De natureza predominantemente qualitativa, a pesquisa-ação é caracterizada por seu enfoque participativo - uma metodologia especialmente relevante em projetos que demandam compromisso coletivo com a resolução de problemas reais.

Para contribuir com a construção de políticas públicas que permitam enfrentar problemas reais em um país de escala continental, foram estabelecidos os seguintes princípios: territorialidade, diversidade, equidade, intersetorialidade e sustentabilidade, reconhecendo e valorizando a vocação dos entes e da sociedade civil organizada, na perspectiva do pacto federativo.

Deste modo, a pesquisa se estruturou em quatro linhas de ação, com a participação de sujeitos e contextos nas cinco regiões geográficas do Brasil em relações estratégicas com o poder público, a saber:

1.

escuta das experiências desenvolvidas por 103 eventos, espaços, grupos e coletivos artísticos da sociedade civil contemplados no Programa de Apoio às Ações Continuadas da Funarte;

2.

desenvolvimento de experiências-piloto nos Espaços e Complexos Artísticos da Funarte em 03 estados brasileiros;

3.

desenvolvimento de experiências-piloto em escolas que participam do Programa Escolas em Tempo Integral (ETI), em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) em 06 estados brasileiros;

4.

sistematização de pistas e sinalizações para a gestão pública de cultura, no âmbito não apenas da união, mas também de estados e municípios.

Com o intuito de que os resultados da pesquisa não fossem apenas descritivos, mas tivessem impacto prático e social, os produtos da investigação incluíram documentos de referência em mediação artística para o acesso às artes, que poderão contribuir para a implementação da Política Nacional das Artes através de ações, planos, projetos e programas que envolvam o poder público federal, estadual e municipal, assim como a sociedade civil.



**Imagem 02: Foto da turma de estudantes do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, na exposição “Bastidores”.
Fonte: Priscila Maia**

COMO O PROGRAMA NACIONAL DE MEDIAÇÃO ARTÍSTICA PODE CONTRIBUIR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DAS ARTES?

Para tratar das contribuições do Programa Nacional de Mediação Artística para a implementação da Política Nacional das Artes (PNA), vamos voltar alguns anos até 2015, quando o Ministério da Cultura já apontava a necessidade da construção de políticas públicas atualizadas, duradouras e estruturantes para as artes brasileiras. Um processo participativo, que envolveu gestores públicos, profissionais contratados, colegiados setoriais, artistas, produtores e sociedade civil, tendo como base inicial os Planos Setoriais dos Colegiados Setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural, bem como as experiências no âmbito das instâncias de participação popular.

A previsão era de que a elaboração da PNA atravessasse a gestão 2015-2018 do Ministério da Cultura, acompanhada de uma reformulação da própria Funarte. Entretanto, em 2016, com o afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff e a extinção do Ministério da Cultura, este percurso foi interrompido. O relatório parcial dos trabalhos realizados apresenta a metodologia estabelecida à época, com quatro frentes de ação: Caravana das Artes, Seminários Temáticos, Encontros Setoriais e Plataforma Digital Colaborativa. Após avaliação dos primeiros eventos e reuniões setoriais, esta metodologia foi revista. A proposta foi de realizar um “levantamento dos trabalhos, propostas e experiências já realizados em âmbitos público e privado, bem como de pleitos e documentos formulados em instâncias legítimas de participação social ao longo dos últimos anos” (FUNARTE, 2016, p.8).



Para tanto, foram estabelecidos à época Eixos Transversais, comuns às linguagens artísticas - reunidos nos temas Pacto Federativo do Fomento às Artes, Difusão das Artes, Marcos Legais das Artes, e Economia das Artes -; e Eixos Setoriais, para a formulação de programas e ações estruturantes específicos para cada linguagem com a participação de consultores e articuladores.

A análise do Relatório de atividades da Política Nacional das Artes – março de 2015 a maio de 2016 permite observar a compreensão do papel do Estado como “mediador, regulador, financiador e garantir que as políticas públicas para a Cultura sejam executadas, tendo como realizadora principal a Sociedade Civil, e sendo o cidadão o beneficiário primeiro deste direito fundamental” (FUNARTE, 2016, p.10). Além destas premissas, ao menos dois princípios fundamentais já apareciam de forma explícita no relatório: territorialidade e intersetorialidade. Especificamente no que diz respeito à dimensão do acesso, esta sinalização atravessa o documento de 2016 – seja associada a formação, difusão, fruição, fomento, produção e/ou a promoção da cidadania.

Mesmo com a interrupção dos trabalhos, as demandas permaneceram acesas no setor e em seus movimentos de resistência que atravessaram o período de 2016 a 2022. Em meio ao período mais árido para o setor cultural - com episódios de censura e perseguição a artistas sobretudo a partir de 2017, extinção do Ministério da Cultura, crise sanitária com a pandemia de COVID-19 e desestruturação econômica – é necessário marcar as históricas conquistas do setor.

As leis emergenciais foram fundamentais para a sobrevivência de trabalhadoras e trabalhadores da cultura – os primeiros a interromperem suas atividades e os últimos a retomá-las. A Lei Aldir Blanc (Lei nº

14.017, de 29 de junho de 2020) previu o repasse de R\$1,5 bilhão aos estados e R\$1,5 bilhão aos municípios para distribuição. A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022), por sua vez, proporcionou o histórico investimento direto de R\$3,862 bilhões para a execução de ações e projetos culturais em todo o território nacional.

Ainda em 2022, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei n. 14.399, de 08 de julho de 2022, teve como objetivo a estruturação do sistema federativo de financiamento à cultura mediante os repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma contínua. Buscou, deste modo: (a) Estimular o fomento à cultura pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; (b) Garantir o financiamento e a manutenção de agentes, espaços e ações artísticos-culturais; (c) Democratizar o acesso e a produção artística nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, inclusive em suas áreas periféricas, urbanas e rurais. Por meio dessa política, tornou-se possível investir regularmente em projetos e programas, cabendo aos entes federativos a implementação das ações públicas em editais e chamamentos abertos, assim como a execução dos recursos nas políticas culturais locais de maneira direta.

A experiência da PNAB viria a ser muito importante para o novo ciclo de desenvolvimento da Política Nacional das Artes, iniciado em 1º de janeiro de 2023 quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona o Decreto Nº 11.336 que refunda o Ministério da Cultura, extinto na gestão anterior, e lhe atribui a competência da Política Nacional das Artes.

Assim, a partir de 2023, a Política Nacional das Artes foi retomada como prioridade da gestão da Funarte. A gestão passou a convergir todos os seus esforços não apenas na construção da política, mas no estabelecimento de estratégias para ampla mobilização e participação da sociedade neste processo.

Uma destas estratégias foi o estabelecimento do convênio com a Universidade Federal da Bahia para a realização do Programa Nacional de Mediação Artística, cujo objetivo central foi gerar subsídios para a dimensão do acesso, que aqui apresentamos de maneira sintética na forma de pistas e sinalizações para o desenvolvimento de programas e projetos que garantam a implementação da PNA nas diversas instâncias. Mas é importante registrar ainda que os próprios programas da Funarte foram então reformulados de modo a estabelecer o diálogo direto com os novos eixos da PNA, as demandas setoriais identificadas anteriormente e o novo cenário das artes e da cultura no país. E, neste contexto, a dimensão do acesso passou a constituir um ponto importante de atenção.

Em julho de 2023 foi lançado o Funarte Retomada: Programas para a Política Nacional das Artes, com investimento de R\$52 milhões para os segmentos de atribuição da fundação: as Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro. Além destes cinco editais, foram abertas inscrições para mais quatro programas: Bolsa Funarte de Mobilidade Artística, Funarte Aberta, Programa Memória das Artes - Prêmio Funarte Mestras e Mestres das Artes e Programa Funarte de Apoio a Ações Continuadas¹. Em especial, o Programa de Apoio a Ações Continuadas se destaca em relação aos demais pelo objetivo de “incentivar a rede produtiva que promove o **acesso do público às artes**” (grifo nosso)². A Diretoria Colegiada da Funarte passou então a circular pelo país para divulgar os programas de fomento e estimular a participação social em torno da PNA, através do diálogo direto com a sociedade civil, agentes

¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/funarte-lanca-programas-de-fomento-as-artes-com-investimento-de-r-52-milhoes>>. Acesso em 03 mai. 2025.

² Disponível em: <<https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/programa-funarte-de-apoio-a-acoes-continuadas-e-lancado>>. Acesso em 03 mai. 2025.

e instituições. O Circula Funarte foi realizado na cidade de Salvador em agosto de 2023, em parceria com a Universidade Federal da Bahia³.

Em novembro do mesmo ano foi lançado o Programa de Difusão Nacional - Funarte Rede das Artes 2023, também integrando a implementação da Política Nacional das Artes. Por meio de cinco editais, cada um com o valor de R\$ 5 milhões, o programa buscou oferecer um total de 150 bolsas culturais para a realização de circuitos artísticos em todas as regiões do país, de modo a fortalecer a difusão e “conectar uma rede de espaços, artistas, produtores, técnicos, curadores, críticos e, **principalmente, o público**” (grifo nosso)⁴. Novamente, é enfatizada a dimensão do acesso às artes, evidenciando a atenção da gestão a este debate. Somadas às iniciativas anteriores, foram investidos cerca de R\$100 milhões nos eixos que estruturam a rede produtiva das artes brasileiras, garantido não apenas o princípio da territorialidade, mas também da equidade com a implementação pioneira de ações afirmativas em seus mecanismos.

Diversas outras ações foram realizadas entre 2023 e 2024 para implementação da PNA. Do conjunto de iniciativas, destaca-se a realização do Seminário Internacional de Políticas para as Artes - Imaginando Margens em setembro de 2024. Realizado em parceria com o SESC São Paulo, o evento reuniu mais de 40 pessoas convidadas de diversos campos do conhecimento das cinco regiões geográficas do Brasil, além de países como Bolívia, Canadá, Colômbia, Moçambique, Peru e Portugal para contribuir com a construção da Política Nacional das Artes. O Programa Nacional de Mediação Artística marcou presença no evento com a apresentação dos resultados preliminares da investigação, oca-

³ Disponível em: <<https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/circula-funarte-chega-a-salvador-nesta-quarta-23-de-agosto>>. Acesso em 03 mai. 2025.

⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/funarte-rede-das-artes-2023-programa-de-difusao-nacional-e-lancado-nesta-sexta-10>>. Acesso em 03 mai. 2025.

sião em que a pauta do acesso ganhou destaque no debate público.

Em paralelo a estes movimentos, após um hiato de 10 anos, o MinC realizou em março de 2024 a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), cujo tema foi “Democracia e Direito à Cultura”. Vale ressaltar que a realização do evento foi precedida por uma série de conferências temáticas realizadas em diversos estados brasileiros, dentre as quais a Conferência Temática Cultura e Igualdade Racial realizada na cidade de Salvador, Bahia, em parceria com a UFBA.

A 4ª CNC promoveu a participação social no debate de políticas públicas, com vistas a aprovação em plenária das 30 propostas consideradas prioritárias a partir dos seis eixos temáticos da conferência, para embasar as diretrizes do novo Plano Nacional de Cultura (PNC), o qual irá orientar a atuação do Ministério por dez anos. Neste contexto, a Política Nacional das Artes, do Eixo 6 – Direito às artes e linguagens digitais, foi referendada como uma das propostas mais votadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Ainda em março de 2024, enquanto era realizada a 4ª CNC, a Ministra Margareth Menezes publicou uma portaria instituindo um Grupo de Trabalho (GT) constituído por representantes de unidades do MinC para colaborar com a produção de subsídios voltados à elaboração e implementação da Política Nacional das Artes (PNA), sob coordenação da Funarte. Segundo a ministra, “Direitos trabalhistas, autorais, de acesso e fomento à cidadania e diversidade estão na base de nossas ações”⁵.

Conforme a portaria, são atribuições do GT ao longo de um ano:

I - consolidar dados sobre políticas para as artes e mapear ações, programas e propostas que possam integrar a Política Nacional das Artes aos diferentes setores e às diferentes esferas de governo, em âmbito nacional ou de outros países; II - debater, de forma ampla e participativa, as ações, programas e propostas mapea-

⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-anuncia-grupo-de-trabalho-coordenado-pela-funarte-para-implementacao-da-politica-nacional-das-artes>>. Acesso em 03 mai. 2025.

das que possam contribuir para a elaboração da Política Nacional das Artes; III - sistematizar as ações, programas e propostas que possam integrar a Política Nacional das Artes; IV - propor ações, programas e demais elementos para compor a Política Nacional das Artes; e V - propor Plano de Ação para a implementação da Política Nacional das Artes.

Em junho de 2025, exatamente 10 anos depois do seminário que marcou o início da construção da PNA, o Grupo de Trabalho entregou o texto-base “Brasil das Artes: Uma Política Nacional” - documento com princípios, diretrizes, objetivos e eixos de implementação da Política Nacional das Artes.

No “Brasil das Artes” o acesso se definiu como um eixo estratégico para delinear aspectos programáticos, de natureza transversal a todas as linguagens artísticas. Neste âmbito, o texto-base da PNA prevê as seguintes ações:

a) ações artísticas continuadas, tais como a manutenção e programação artística das atividades de espaços, grupos e coletivos; apoio à realização de mostras e festivais, entre outros eventos artísticos; b) ações de aquisição de ingressos, direitos de reprodução e exibição, obras de arte, materiais paradidáticos e outros produtos, bens, serviços e direitos artísticos e culturais para distribuição pública; c) ações de mediação artística ou formação voltadas ao público em geral, agentes e instituições artísticas, educadores formais e não formais, gestores de instituições públicas e privadas, entre outros; d) ações de facilitação do acesso às artes por meio de políticas de transferência de renda e estímulo à fruição e ao consumo, tais como: distribuição de vales, estabelecimento de gratuidade, redução de preços e meia-entrada, descentralização de equipamentos culturais, facilitação da mobilidade urbana, entre outros; e) ações de promoção da acessibilidade à prática e à fruição artísticas para pessoas com deficiência; f) ações de melhorias e/ou adaptações em espaços e equipamentos artísticos com vistas a ampliação do acesso às artes; dentre outras.

É neste contexto brevemente apresentado que se situa o Programa Nacional de Mediação Artística. As pistas e sinalizações aqui reunidas dialogam diretamente com o “Brasil das Artes”, em especial, no desenvolvimento de ações de mediação artística que promovam o acesso às artes junto a ações artísticas continuadas, espaços e equipamentos artísticos e escolas em tempo integral. A perspectiva é que estes subsídios contribuam para ações, planos, projetos e programas que efetivem a implementação do eixo acesso da Política Nacional das Artes.



Imagem 03: Público assistindo ao espetáculo Festa dos Bárbaros da Cia São Jorge de Variedades 25 anos no Complexo Funarte SP. Fonte: Dani Scopin

Nesta seção abordaremos pistas e sinalizações formuladas a partir das experiências-piloto de mediação para o acesso às artes desenvolvidas no Complexo Cultural Funarte MG, em Belo Horizonte; no Complexo Cultural Funarte SP na capital paulista; e no Teatro Dulcina, Teatro Glauce Rocha e Teatro Cacilda Becker, localizados na cidade do Rio de Janeiro.



PARTE 2

ANÁLISE DE REALIDADE:



COMPLEXO CULTURAL FUNARTE MG

Localizado no centro da capital mineira, onde outrora funcionou uma estação ferroviária, a estrutura do Complexo Funarte MG envolve seis galpões - dentre os quais quatro são destinados à atividades artísticas - e uma área externa. Com quase duas décadas de funcionamento, acolhe espetáculos, shows, ensaios, oficinas e outras atividades de teatro, dança, circo, música e artes visuais, além de exposições de produtos audiovisuais, iniciativas literárias e ações que transversalizam as linguagens em diferentes formatos, oferecendo experiências diversas ao público



Imagem 04: Galpões do Complexo Cultural Funarte MG. Fonte: Funarte

que reconhece a relevância de sua programação - com destaque para a realização de eventos de médio e grande porte, a exemplo de festivais e mostras artísticas.



COMPLEXO CULTURAL FUNARTE SP

Criado em 1977 no bairro Campos Elíseos, o Complexo Cultural Funarte SP teve um papel histórico no impulsionamento da carreira de artistas de vanguarda, a exemplo de Itamar Assumpção, Arrigo Barnabé e Myriam Muniz, consolidando-se “como espaço aberto para a experimentação de linguagens, o desenvolvimento profissional de artistas e trabalhadores da cultura, a mediação e a formação de público” (Brasil, 2023). Sua estrutura envolve três edificações que circundam o Pátio: 1) um *casarão histórico*, onde funciona a administração e localizam-se outras representações regionais do MinC, a exemplo da Fundação Biblioteca Nacional e da Fundação Cultural Palmares; 2) os galpões *Lulu Librandi*, onde estão localizadas Galerias Mário Schenberg e Flávio de Carvalho, Centro de Convivência Waly Salomão, Sala Renée Gumiel, Sala Carlos Miranda, Sala Guiomar Novaes, Sala Arquimedes Ribeiro; e 3) os *galpões anexos*, onde atualmente funciona o Ateliê Alex Vallauri e a sede do Ballet Stagium.



Imagens 05 a 13: Espaços do Complexo Cultural Funarte SP, respectivamente, da esquerda para a direita e de cima para baixo: Galpões Lulu Librandi, Sala Guiomar Novaes, Centro de Convivência Waly Salomão, Pátio, Galeria Flávio de Carvalho, Galeria Mário Schenberg, Sala Carlos Miranda, Sala Renée Gumiel e Sala Arquimedes Ribeiro. Fonte: Funarte (nesta página e na próxima)





TEATRO DULCINA

Localizado na Cinelândia, área de grande efervescência cultural, o Teatro Dulcina integra o Corredor Cultural do Centro do Rio de Janeiro. Possui 429 lugares distribuídos em balcões, frisas, camarotes e filas no nível térreo. Equipamento cultural de médio porte, é destinado predominantemente a apresentação de espetáculos de artes cênicas. Foi inaugurado em 1935 e pertenceu a Companhia da atriz Dulcina de Moraes, sendo administrado pela Funarte a partir de sua reinauguração, em 2011, “após obras de modernização, que recuperaram o projeto arquitetônico original do teatro” (Brasil, 2023).



Imagem 14: Teatro Dulcina.
Fonte: Funarte



TEATRO GLAUCE ROCHA

Localizado próximo à Cinelândia e à Lapa, o Teatro Glauce Rocha é considerado um importante equipamento cultural do Rio de Janeiro, onde foram realizadas muitas peças de vanguarda, ao longo de seus quase cinquenta anos. Com 204 lugares, contempla realizações de circo, dança e teatro, tendo sido reformado, modernizado e reinaugurado em 2023. Importante destacar que no mesmo prédio em que está localizado, funciona a Sala Muriilo Miranda, no oitavo andar, a qual acolhe experiências cênicas mais intimistas, experimentais e formativas.



Imagem 15: Teatro Glauce Rocha.

Fonte: Funarte



TEATRO CACILDA BECKER

Situado no Catete, atende as linguagens artísticas teatro, circo e dança, estando nesta última a sua vocação. Seu histórico, inclusive, destaca a passagem de importantes companhias, grupos e artistas da dança por seu palco. Com capacidade máxima de 140 lugares, distribuídos em módulos de arquibancadas móveis, o Teatro Cacilda Becker recebe apresentações de espetáculos e atividades formativas, além de acolher ensaios. Foi fundado em 1958 sob o nome de Teatro do Rio, sendo adquirido, em 1975, pelo Serviço Nacional de Teatro e, posteriormente, incorporado à Funarte.



Imagem 16: Teatro Cacilda Becker.

Fonte: Funarte

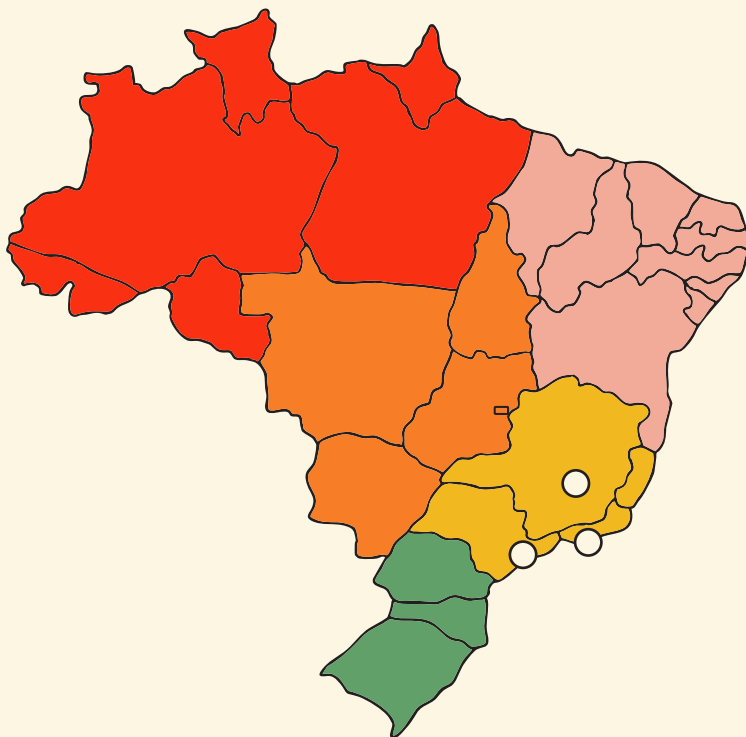
Os espaços e complexos artísticos da Funarte localizam-se, em sua maioria, nos centros das capitais, onde as relações de poder e as desigualdades sociais são evidentes. Em São Paulo, o Complexo Cultural está em uma região marcada pela vulnerabilidade da população em situação de rua e pela especulação imobiliária. Neste contexto, a arte e a cultura estão presentes em outras iniciativas do entorno, como Espaço Cia de Revista, Armazém do Campo, Sesc Bom Retiro, Theatro São Pedro e Teatro Porto. O Complexo Cultural Funarte MG, por sua vez, fica próximo a Praça Rui Barbosa, conhecida como Praça da Estação, onde fica a Estação Central do Metrô e o prédio da antiga estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, hoje Museu de Artes e Ofícios (MAO).

Na capital carioca, os teatros integram prédios localizados em áreas de intensa movimentação comercial durante o dia, próximos a estações de ônibus e de metrô, o que favorece o acesso do público à programação. Assim como em São Paulo, também estão situados próximos a outras instituições artísticas e equipamentos culturais com forte atuação na cena local. Os Teatros Dulcina e Glauce Rocha são vizinhos ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro, ao Teatro Riachuelo Rio e à região da Lapa com uma série de espaços culturais, como a Fundação Progresso, o Quintal da Lapa, as sedes dos grupos Tá na Rua, Moitará e Cia do Atores. A Angel Vianna Escola e Faculdade de Dança no Rio de Janeiro, referência para a dança no país, está situada próxima ao Teatro Cacilda Becker.

Em todos os estados, as experiências-piloto de mediação artística tiveram como referência a programação do Programa Funarte Aberta, especificamente dos meses de setembro a dezembro de 2024, visando a criação de vínculos entre a programação, a comunidade e o território, uma mobilização que envolveu artistas, públicos mediados e representações da Funarte em cada estado.

O Programa Funarte Aberta visa promover a ocupação cultural dos espaços da Funarte no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais por meio de cessão de pauta gratuita, para a realização de projetos artístico-culturais brasileiros de criação, pesquisa, ensaio, residência,

MAPA DOS ESPAÇOS E COMPLEXOS ARTÍSTICOS DA FUNARTE



Complexo Cultural Funarte Minas Gerais	Belo Horizonte, MG
Complexo Cultural Funarte São Paulo	São Paulo, SP
Teatro de Arena Eugênio Kusnet	São Paulo, SP
Teatro Dulcina	Rio de Janeiro, RJ
Teatro Glaucê Rocha	Rio de Janeiro, RJ
Teatro Cacilda Becker	Rio de Janeiro, RJ
Centro Técnico de Artes - CTA	Rio de Janeiro, RJ

formação, intercâmbio, atividades abertas ao público ou gravações em audiovisual – dentre outras.

A promoção do acesso às artes é explicitada dentre os objetivos do programa, a saber: “promover a aproximação das cidadãs e dos cidadãos às artes e proporcionando a interação entre experiências estéticas e artísticas diversas”; “estimular a formação e mediação de público para as artes bem como a sua reflexão crítica, contribuindo para a ampliação do acesso e qualificação da fruição no campo das artes”; e “contribuir para a ampliação do acesso e da fruição de bens e serviços artístico-culturais em âmbito nacional”. O Programa Funarte Aberta, assim como os demais programas da Fundação, também tem o objetivo de “contribuir para a implementação da Política Nacional das Artes no âmbito das políticas culturais do Ministério da Cultura” (Funarte, 2023).

Além de promover a cessão de pauta gratuita, o Programa assegura que “a arrecadação feita em bilheteria será integralmente repassada ao(à) proponente do projeto” (Funarte, 2023). Os proponentes são responsáveis pelas despesas de sua realização, exceto aquelas que dizem respeito ao espaço propriamente dito, conforme disposto no texto do programa.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A partir de uma abordagem predominantemente qualitativa, com objetivo exploratório e o procedimento da pesquisa-ação, a metodologia de trabalho contou com 06 etapas, as quais serão apresentadas a seguir:

1.

ANÁLISE DE REALIDADE

Com a perspectiva de conhecer aspectos históricos, estrutura física, equipes, funcionamento, programação e iniciativas de promoção do acesso às artes, esta etapa conta com os seguintes procedimentos:

- *Análise de documentos a exemplo de sites e acervos virtuais, neste caso especialmente da própria Funarte e do Ministério da Cultura, bem como relatórios de atividades e documentos e planejamento;*
- *Reuniões online com responsáveis pela gestão dos espaços e complexos artísticos no âmbito da Diretoria Colegiada da Funarte para dialogar sobre questões relacionadas aos públicos e expectativas em relação ao programa;*
- *Visitas técnicas presenciais aos Espaços e Complexos Culturais da Funarte para conhecer presencialmente suas equipes através de uma escuta ativa desses sujeitos, assim como o contexto dos espaços e seu entorno, promovendo também a integração com os profissionais dos equipamentos artísticos;*
- *Entrevista semi-estruturada com as coordenações de cada estado, com vistas a validar um diagnóstico inicial,*

complementar e aprofundar alguns tópicos relativos à equipe, contexto, programação, experiências prévias e públicos. Especificamente em relação aos públicos, constituem perguntas preliminares:

- *Qual a sua percepção sobre os públicos que frequentam o(s) espaço(s)?*
- *Qual a sua percepção sobre os públicos que ainda não frequentam o(s) espaço(s)?*
- *Quais as suas expectativas em relação aos públicos?*
- *Qual a sua percepção sobre o papel do(s) espaço(s) em relação ao acesso às artes?*

Ainda no âmbito da entrevista, a seguinte questão foi colocada aos interlocutores:

“NA SUA PERSPECTIVA, QUAL A MISSÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO DE ARTE?”.

Por fim, todos os dados reunidos foram tratados pelo coordenador da linha de pesquisa, que passou então à etapa seguinte.

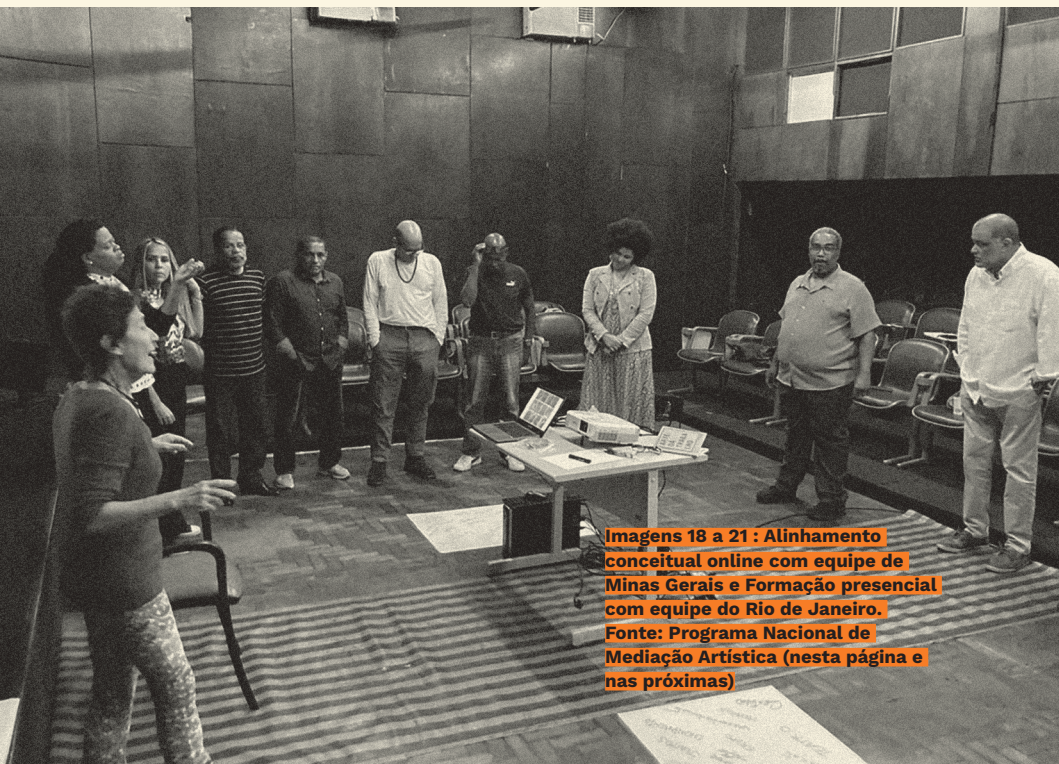


ALINHAMENTO CONCEITUAL / FORMAÇÃO

A partir da análise de realidade, foram realizados encontros para fins de alinhamento conceitual com as equipes da Funarte em torno das concepções de **acesso, mediação artística, emancipação e democracia cultural**, a fim de promover a qualificação das equipes e subsidiar a formulação do Projeto Piloto de Mediação Artística. Esses encontros contaram com a condução da coordenação geral do Programa Nacional de Mediação Artística.

Na capital mineira, foi apresentada uma demanda para que a formação incluísse a noção de acessibilidade. O artista, professor e pesquisador Edu O. foi convidado a participar e propôs uma ampliação deste debate, pautando a **cultura do acesso** no desenvolvimento de projetos artísticos e culturais.

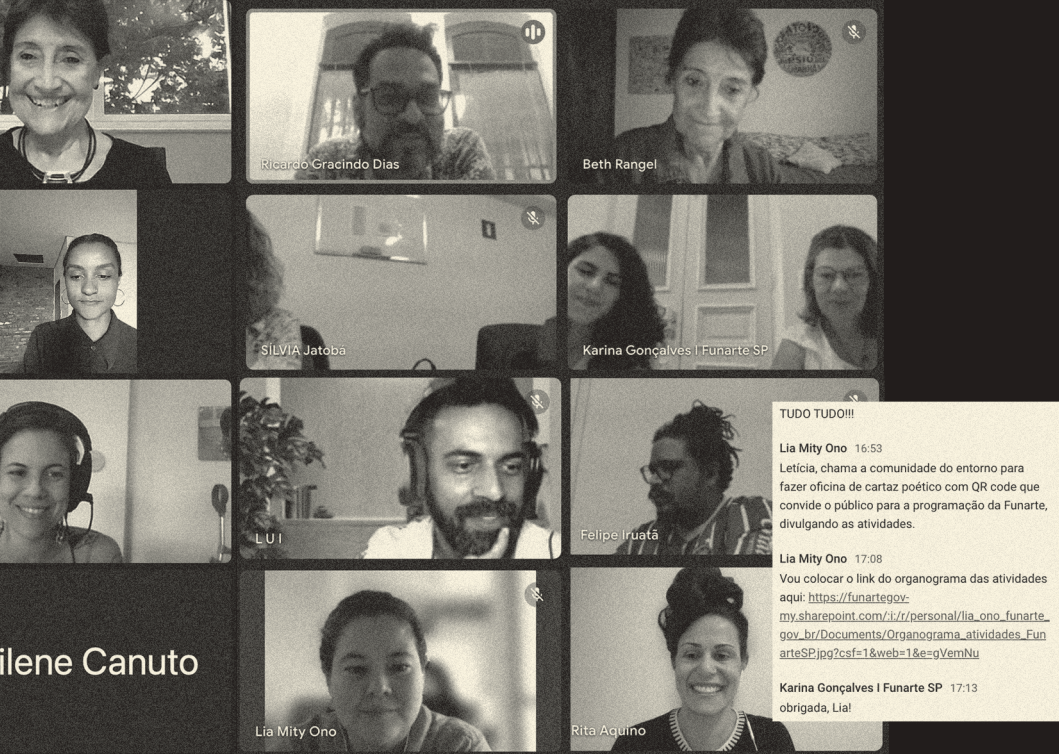
No caso das equipes de São Paulo e Minas Gerais, a atividade ocorreu de forma online, através de plataformas para reunião virtual. No Rio de Janeiro foi realizada uma ação formativa presencial de natureza teórico-prática. O conjunto das experiências, conduzidas pela coordenação geral do Programa, proporcionou o aprofundamento da escuta e participação dos envolvidos, reafirmando vínculos afetivos e profissionais, assim como favoreceram a sensibilização, mobilização e envolvimento das equipes na elaboração do Projeto-Piloto de Mediação Artística.



Imagens 18 a 21 : Alinhamento conceitual online com equipe de Minas Gerais e Formação presencial com equipe do Rio de Janeiro. Fonte: Programa Nacional de Mediação Artística (nesta página e nas próximas)

Angelo Dias





3.

PROJETO-PILOTO DE MEDIAÇÃO ARTÍSTICA

Diante da compreensão do arcabouço contextual de cada espaço e do alinhamento em torno do referencial teórico de mediação artística, passamos à elaboração do Projeto-Piloto de Mediação Artística com vistas ao desenvolvimento de experiências para gerar subsídios à Política Nacional das Artes.

Para tanto, foram constituídas equipes locais com artistas pesquisadores vinculados ao Programa que pudessem atuar em cada cidade. A seleção destes profissionais teve como critério principal sua trajetória no que diz respeito ao acesso às artes, passando por instituições públicas e privadas, bem como envolvimento com organizações e movimentos sociais. A quantidade de membros por equipe foi proporcional ao número de espaços na cidade.

A linha, coordenada pelo artista transdisciplinar e pesquisador Luiz Antônio Sena Jr, contou com pesquisadores locais, além das equipes da Funarte. Em Minas Gerais, a coordenação local do projeto, assim como as mediações, foram desenvolvidas pelo professor, pesquisador e crítico teatral Clóvis Domingos. No Rio de Janeiro, a produtora, jornalista, pesquisadora e artista da dança Priscila Maia realizou a coordenação local, realizando as ações ao lado das mediadoras, pesquisadoras e artistas da dança Luana Bezerra e Paula Gorini. No estado de São Paulo, o programa contou com a coordenação local de Dani Scopin, gestora e produtora cultural, curadora, artista da cena e pesquisadora, e com a participação da artista e mediadora Selma Maria Barreto.

Para recepcionar a equipe, foi realizado um Seminário Interno do Programa Nacional de Mediação Artística em formato virtual para o compartilhamento de princípios, estratégias e expectativas de encaminhamento da pesquisa. A partir daí, as equipes locais iniciaram seus trabalhos, aproximando-se das equipes dos espaços da Funarte.

Com base nas etapas anteriores - análise de realidade e alinhamento conceitual/formação - o planejamento da mediação artística de cada espaço foi elaborado com objetivos, perfis de públicos, atividades de mediação e estratégias para garantir sua realização. As atividades de mediação foram concebidas na forma de um ciclo, com as seguintes ações sequenciadas:

I. sensibilização e mobilização:

II. vivência da experiência artística:

III. desdobramentos e reverberações.

Estabeleceu-se que a primeira e a terceira etapa poderiam acontecer no endereço das instituições mediadas, assim como na própria Funarte, conforme a disponibilidade do público mediado e dos espaços. Os tipos de atividades para cada etapa não foram definidos previamente, cabendo às equipes locais desenhar as ações e estratégias considerando o perfil dos espaços, programação e públicos.



REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO ARTÍSTICA

O processo de implementação do Projeto-Piloto de Mediação Artística teve duração de 03 meses, durante os quais foram envolvidas escolas, faculdades, cursos técnicos, unidades de saúde, projetos e organizações sociais, grupos artísticos e culturais. O acompanhamento das atividades foi feito semanalmente através de grupos de aplicativo de comunicação, além de reuniões online que foram gravadas e posteriormente transcritas.



INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DAS AÇÕES

Com o objetivo de acompanhar o Projeto-Piloto e registrar as experiências, três documentos foram compartilhados com as equipes locais, através de pastas compartilhadas, com a indicação de que fossem preenchidos cotidianamente:

1. *Uma planilha de acompanhamento para registro processual do desenvolvimento do projeto-piloto, com informações sobre a equipe e a programação artística do espaço cultural, dos públicos, e uma agenda de atividades;*
2. *Um modelo de relatório tipo diário de bordo direcionado às mediadoras, para descrição da proposta de mediação, ações e estratégias;*
3. *Um modelo de relatório voltado para a coordenação local, com dados sobre os sujeitos e contextos, objetivos e metodologia, considerações sobre aspectos conceituais, desafios, potencialidades e estratégias relacionadas ao acesso, resultados e discussões - além das referências bibliográficas.*

6.

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A consolidação dos dados e sua análise se deu efetivamente mediante a conclusão dos Projetos-piloto. A coordenação geral da linha de pesquisa trabalhou em uma análise conjunta considerando os dados de cada contexto, de modo a convergir para construção de um panorama amplo, com aspectos gerais e específicos para subsidiar a formulação da Política Nacional das Artes.

As principais considerações foram compartilhadas com as coordenações locais em um encontro de avaliação, no qual foram validadas as pistas e sinalizações resultantes do Programa Nacional de Mediação Artística. Este documento reúne uma parte deste extenso material.

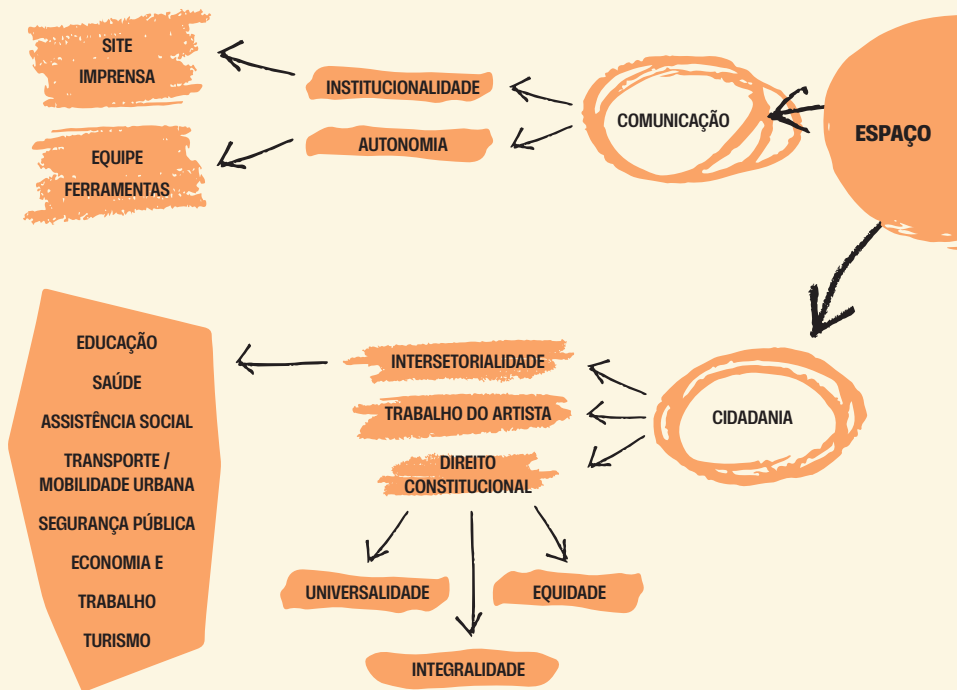
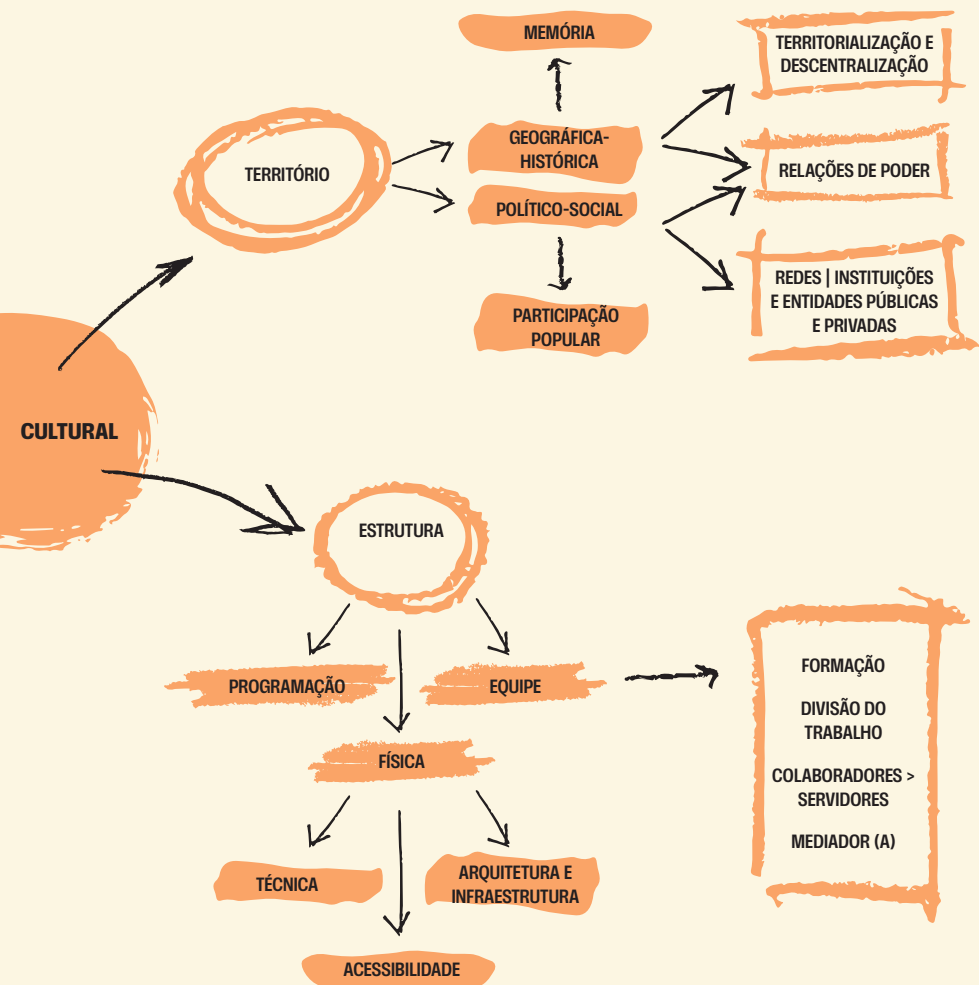


DIAGRAMA ELABORADO PELA COORDENAÇÃO DA
LINHA 2 PARA CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS



EXPERIÊNCIAS DE MEDIAÇÃO PARA O ACESSO ÀS ARTES

RIO DE JANEIRO

A construção do Projeto-Piloto de Mediação buscou enfrentar alguns desafios frequentemente encontrados pelas mediadoras em outras iniciativas de acesso às artes com as quais tiveram oportunidade de trabalhar: o transporte para deslocamento de grupos mediados, a fragilidade dos vínculos com instituições mediadas e a descontinuidade das iniciativas de mobilização de públicos.

Partindo do reconhecimento destes desafios, a equipe buscou um planejamento focado na construção de possíveis soluções - que foi referido como a “via do sim”, definida como “uma abordagem positiva, cara ao ambiente da improvisação teatral, pela qual acolhe-se os fluxos sem negá-los, transformando-os a partir da aceitação”, sobretudo em ambientes onde há, simultaneamente, muita escassez e muito desejo de viabilizar as ações. A “via do sim” se faz possível quando valoriza-se as parcerias, as trocas e os processos, buscando entender possíveis modos de fazer, sem sucumbir ao desencanto” (Relatório Linha de pesquisa 2, 2025).

Neste sentido, a estratégia de identificação dos públicos considerou: (a) sua localização nas proximidades dos espaços artísticos, fortalecendo os vínculos com as comunidades locais; (b) o acionamento de redes de relações previamente constituídas pela equipe local e que tinham potencial não apenas de adesão, como também de desdobramento. Foram mobilizados 20 grupos:

- Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA) - Organização feminista voltada a promoção de direitos e para o fortalecimento da autonomia de mulheres.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro / Campus Niterói - Curso de Formação Inicial em Assistente Administrativo Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), implementado, recentemente, em 2023.
- Ocupação Manuel Congo - Ocupação constituída por cerca de 40 famílias, isto é, ou 128 pessoas que lutam pela habitação popular, vinculada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).
- Colégio Estadual Infante Dom Henrique - Escola pública estadual voltada para as etapas de formação de Ensino Médio e NEJA - Núcleo de Educação para Jovens e Adultos.
- Colégio Estadual Amaro Cavalcanti - Escola pública estadual destinada ao ensino médio, nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Centro Municipal de Referência de Educação para Jovens e Adultos (CREJA) - Iniciativa de desenvolvimento das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município.
- Escola Municipal Celestino da Silva - Construída no mesmo local onde existiu o Teatro Apolo, atende hoje ao ensino fundamental - anos finais.
- Escola Municipal Rivadávia Corrêa - Escola pública municipal que atende ao ensino fundamental - anos finais. A escola se destaca por sua acessibilidade, com rampas e banheiros adequados para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. O prédio sedia o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro.
- Centro Integrado de Educação Pública Ministro Gustavo Capanema - Escola pública municipal, oferece as etapas Ensino Fundamental, Anos Iniciais, Anos Finais, nas Modalidades Ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- Clínica da Família Sérgio Vieira de Mello - A Clínica tem seis equipes de Saúde da Família e duas equipes de Saúde Bucal, levando atendimento a aproximadamente 24.000 moradores do Morro da Coroa e seu entorno. Está equipada com uma Academia Carioca da Saúde, programa da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro que promove gratuitamente a prática de atividade física com fins preventivos.
- Coletivo Mulheres ao Vento - Projeto de base comunitária que atua no Complexo da Maré, através da dança com inspiração afro-brasileira, agregando mulheres, mães, artistas, guerreiras, com mais de 60 anos em projetos que relacionam Empoderamento Feminino, Artes e Africanidade.
- Faculdade Angel Vianna - Instituição de ensino superior privada, com sede no Rio de Janeiro, que oferece cursos de graduação, pós-graduação e cursos livres na área de ciências humanas, com foco na dança, sendo uma referência nacional na área.
- Academia Carioca de Arte e Longevidade - Projeto social de mediação artística, patrocinado pela Casal Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro, que tem como missão contribuir para a reinvenção da longevidade no Brasil através da arte e da cultura.
- Projeto Cria - Organização não governamental que atende 100 jovens em situação de risco social e utiliza o teatro como ferramenta educacional. Durante o período de realização do Projeto Piloto, ocupou o Teatro Dulcina, tendo passado pelo Teatro Glaucê Rocha anteriormente.
- Cia Etc e Tal - Companhia carioca que desenvolve pesquisa artística calcada na tríade teatro-mímica-humor. Ocupou o Teatro Glaucê Rocha com as peças 'Fulano&Sicrano' e 'Victor James'.

- Pulsar Cia de Dança - Companhia formada por bailarinos portadores e não-portadores de deficiência física. Residente do Teatro Cacilda Becker, ofereceu oficinas gratuitas semanalmente ao longo de 2024.
- Spectaculu - Escola de Arte e Tecnologia - Organização sem fins lucrativos que oferece formação e inserção profissional na indústria do entretenimento para jovens de 17 a 21 anos da rede pública de ensino e moradores de áreas de vulnerabilidade social da região metropolitana do Rio de Janeiro.
- Centro Integrado de Educação Pública Avenida dos Desfiles 504 - Escola pública de jovens e adultos
- Ana Carol Pires - Artista da dança e fotógrafa, é membro da Alfa Agency. Durante o período de realização do Projeto Piloto, esteve com com uma exposição de fotografias de dança chamada 'Bastidores', no foyer do Teatro Cacilda Becker.
- Nyandra Fernandes e Karen Antunes - A primeira é artista da dança e a segunda é produtora cultural. Ambas integraram a programação do Teatro Cacilda Becker com as coreografias ELEGBARÁ e VIVEIRO.

Os relatos de mediação da equipe do Rio de Janeiro narram, com muita emoção, a dimensão sensível da mediação, como no trecho abaixo:

“A realização da sensibilização estava prevista para às 18h (uma hora antes do início da apresentação), mas as participantes foram da Maré para o Teatro de ônibus, num horário de trânsito e chegaram às 18:35h. Logo, a ação teve que ser encurtada. [...]”

Fizemos toda a ação numa pequena roda de pé, na entrada do Teatro. Iniciamos com a pergunta “Vocês conhecem ou já leram a escritora Conceição Evaristo?” - todas disseram conhecer, mas nunca leram. A partir daí, fiz uma rápida



**Imagem 23: Foto do Coletivo Mulheres
ao Vento na plateia do espetáculo
“Ponciá - Conceição Evaristo”.
Fonte: Luana Bezerra**

***explicação sobre a vida, obra e importância da autora e já
emendi com a pergunta “Conhecem o termo/conceito de
escrevivência criado por Conceição Evaristo?”.***

***Uma delas comentou que a coordenadora do projeto
havia feito uma ação com o grupo anos atrás em torno
do conceito. Então, falei sobre escrevivência, termo
que carrega em si a memória, a observação, a escrita/
fabulação e a vivência da coletividade principalmente de
mulheres negras, das classes populares. Ainda, comentei
que Conceição faz uma bonita comparação do conceito
“escrevivência” com os mitos dos espelhos das orixás Oxum
e Yemanjá - uma revelando a dignidade e beleza dessas
pessoas e vivências e a outra que revela o cuidado, que olha
para a comunidade.***

Li dois pequenos trechos do livro Ponciá: um trecho onde a personagem Ponciá ainda era uma criança e outro em que ela está em sua fase adulta. No fim da leitura do primeiro trecho, uma das participantes disse estar arrepiada e emocionada porque refez a cena que descrevi e se lembrou do seu tempo de criança, no milharal. Conversamos um pouco sobre a infância delas.

Falei que a peça era uma adaptação do livro para o teatro e trouxe pra roda mais uma pergunta: “Vocês conseguem perceber as semelhanças entre o que o projeto Mulheres ao Vento faz/promove em seus espetáculos, com o conceito de escrevivência?” Uma participante prontamente diz não perceber, outra diz que sim e emenda num tom de pergunta: “é tipo o que nossa colega de



Imagem 24: Foto de atividade de fruição do espetáculo Gabriela realizada com EJA IFRJ no Teatro Dulcina. Fonte: Priscila de Azevedo Maia

projeto, Ana Lúcia, faz na cena da nossa peça, em que ela descreve sua pequena casa no morro no Humaitá, que foi demolida e ela foi removida para Maré?”.

Meus olhos se encheram de lágrimas, tive uma sensação boa de dever cumprido, e respondi que sim. Ela percebeu que esse não era um acontecimento vivido apenas por Ana Lúcia e os moradores daquele morro, mas é - ainda hoje - uma realidade vivida por muitos brasileiros, principalmente, racializados e empobrecidos.”

RELATO DE MEDIAÇÃO DO COLETIVO MULHERES AO VENTO NA PLATEIA DO ESPETÁCULO “PONCIÁ - CONCEIÇÃO EVARISTO”, POR LUANA BEZERRA



Imagem 25: Foto da visita ao Centro de Artes da Maré para atividade de reflexão após a fruição do espetáculo “Amor e Outras Revoluções”. Fonte: Luana Bezerra

MINAS GERAIS

A proposição da equipe local da Funarte foi de que o Projeto-Piloto de Mediação Artística iniciasse suas atividades dentro da própria instituição, pautando o acesso às artes como questão central para o trabalho de funcionários e colaboradores do Complexo Cultural Funarte MG. Deste modo nasceu o “Quintal de Mediação”, uma iniciativa para promover encontros, momentos artísticos, atividades formativas, de reflexão crítica, lazer e, principalmente, compartilhamento de saberes e fazeres capazes de gerar uma ampla rede colaborativa.

A proposta consistia em uma vivência sensível e afetiva de integração dos trabalhadores do Complexo Artístico da Funarte MG, artistas e públicos em atividades regulares de convivência semanal, em consonância com a programação artística e cultural do espaço. Destaca-se a participação expressiva da equipe - no geral, era possível ter a presença de 15 a 20 pessoas -, agregando novos colaboradores que chegaram e foram integrados à atividade.

No Quintal de Mediação se estabelecia uma rede de informações sobre a programação da semana, o tema dos espetáculos, possíveis perfis de público e uma aproximação com as linguagens artísticas e manifestações culturais. A proposta inicial de ocupação do espaço externo do complexo se ampliou, incluindo a visita de exposições, obras e artistas nos galpões.

Ao longo dos três meses foram realizados 14 encontros envolvendo 33 artistas e produtores dos seguintes eventos ocupantes da programação do Complexo Cultural Funarte MG:

- FESTEJO TAMBOR MINEIRO - Tradição popular envolvendo shows musicais.
- CANDEIA: Mostra Internacional de Narração Artística - Evento de narrações artísticas e contação de histórias.
- FAÍSCA - Festival de publicações experimentais - Evento de artes gráficas.



**Imagem 26: Foto do último
Quintal de Mediação da Funarte
MG. 05/12/2024. Fonte: Clóvis
Domingos dos Santos**



**Imagem 27: Foto do Quintal de
Mediação com a presença da
escritora Cida Pereira. 29/11/2024.
Fonte: Clóvis Domingos dos
Santos**

- ACESSA BH - Evento de arte DEF e múltiplas linguagens.
- MAM: Movimento de Artistas Mães - Coletivo que integra a programação do Festival ELAS, envolvendo música, artes visuais e outras linguagens.
- BENJAMIN DE OLIVEIRA: em nós - Espetáculo teatral à época em processo de criação.
- CUIDAR PARA NÃO QUEIMAR - Espetáculo teatral do Grupo Maquinária
- JUNTA - EDIÇÃO EXPANDIDA.
- I FESTIVAL DE MÚSICA DOIDA - Evento de música e saúde mental.
- BUFONA - Espetáculo teatral.
- EXPOSIÇÃO PELE E OSSO - Exposição de artes visuais.
- NEGAÇA - Espetáculo de dança realizado pelo artista Urubatan Miranda.
- HISTÓRIAS DE DONA FININHA, MINHA MÃE - Livro de Cida Pereira.

No âmbito do público externo mediado, quatro instituições locais foram articuladas, além de um grupo de pessoas surdas mobilizadas pelo evento ACESSA BH para assistir ao espetáculo Língua (RJ), o qual também participou do ciclo de mediação artística:

- Escola Municipal George Ricardo Salum: Escola pública municipal, atende ao Ensino Fundamental regular nos anos iniciais e anos finais, assim como à Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Associação Cultural Casa do Beco: Espaço cultural e ponto de cultura que abriga o Grupo do Beco, com atividades artísticas de teatro.
- Ocupação Carolina Maria de Jesus: Ocupação de luta por moradia.

- Grupo de Pesquisa Negruras: performatividades negras e periféricas da Escola de Belas Artes e do Curso de Graduação em Artes Cênicas da UFMG.

Vale destacar que estes públicos, envolvendo instituições de educação, grupos artísticos e movimentos sociais, constituíram vínculos significativos com a Funarte. Em especial, a Casa do Beco, que em uma das ações de mediação recebeu na associação a visita da equipe da Funarte.



Imagem 28: Foto de integrantes da Casa do Beco. Fonte: Clóvis Domingos dos Santos



Imagem 29: Foto de integrantes da Casa do Beco. Fonte: Clóvis Domingos dos Santos



Imagem 30: Foto da da mediação de estudantes da ETEC Doutora Maria Augusta Saraiva na exposição Cantar a Folha, de Brenda Spinoza, no complexo Funarte SP. Fonte: Selma Maria Barreto

SÃO PAULO

a vida é começo, meio e começo...

Nego Bispo

A equipe de Mediação Artística de São Paulo inspirou-se no filósofo, poeta, escritor, professor, líder quilombola e ativista político brasileiro Nego Bispo para a realização de um Projeto-Piloto de Mediação Artística capaz de promover mais envolvimento ao invés de desenvolvimento, valorizando as pessoas e estimulando a construção de relações com o espaço artístico.

Vínculos que articulam passado, presente e futuro em uma perspectiva espiralar, conectando a história institucional da Funarte e, em especial dos equipamentos de São Paulo - referências para a cena artística nacional, com as histórias de vida das pessoas que participaram da mediação. Deste modo nasceu a proposta da “Mediação em troca-troca”.



Mediação em troca-troca: me conta uma memória e fazemos história?

Se a cada encontro, uma história nova começa, convidamos trabalhadoras (es), passantes e públicos da Funarte SP para, a partir do compartilhamento e troca de histórias e memórias, inaugurarmos histórias de futuro, no presente.

A metodologia consiste no seguinte movimento: inicialmente Selma se apresenta, faz um breve acolhimento e um convite: “posso te contar uma história?” conta um pouco sobre o bairro Campos Elíseos e propõe uma troca: “me conta uma memória - que pode ser do entorno ou do espaço Funarte e eu te conto uma história desse lugar, de antes da gente chegar aqui”. Se a pessoa não tiver uma memória na Funarte, ela é convidada a inventar uma, numa

espécie de magia pro futuro, que já é daqui a pouco: “do que você gostaria de lembrar daqui, depois que for embora, mesmo que não tenha vivido (ainda)?”

RELATO DA METODOLOGIA DE MEDIAÇÃO PROPOSTA POR DANI SCOPIN E SELMA MARIA BARRETO

Uma mediação extremamente sensível que fez do encontro uma experiência de criação ao propor as seguintes perguntas: “como nascem as histórias? onde começam e onde terminam? quem diz se a história acabou de acabar ou de começar? se ninguém ouvir, a história foi contada? e quem vai contar a história, precisa contar até o fim? e tem fim, essa história?” (Relatório, 2023).

Nesta abordagem, priorizou-se trabalhar com instituições que integram o território ao qual o Complexo Cultural Funarte SP pertence e que, outrora, mantiveram vínculos com o mesmo a partir da realização de iniciativas voltadas ao acesso às artes. A valorização das memórias institucionais e das próprias pessoas trabalhadoras em suas experiências de mobilização de públicos foi um dos critérios para este recorte.

Ao longo dos meses de implementação do Projeto Piloto de Mediação Artística, foram mediados públicos das seguintes instituições:

- Mulheres residentes da região do ABC Paulista, mães de participantes do Curso Preparatório de Teatro para Jovens, realizado, à época, aos domingos, entre 10h e 15h.
- Estudantes com idade entre 09 e 13 anos, do 6º ano da Escola Estadual Professor Fidelino Figueiredo, próxima ao Complexo Cultural.
- Estudantes de Design Gráfico da Escola Técnica Estadual (ETEC) Doutora Maria Augusta Saraiva, vinculada ao Governo de São Paulo.

- Grupo de pessoas idosas que recebem atendimento de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Unidade Básica de Saúde (UBS) Dr Humberto Pascale.

Segue abaixo um trecho do relato da atividade de mediação artística com os estudantes da Escola Estadual Professor Fidelino Figueiredo:



As crianças ficaram encantadas, demonstrando curiosidade e fazendo muitas perguntas. Após esse momento inicial, perguntei se eles conheciam a Funarte e fiquei surpresa ao descobrir que nenhum dos alunos, nem mesmo as professoras, havia visitado o espaço antes, apesar de morarem na região central expandida de São Paulo. Aproveitei para contar um pouco da história da Funarte e destacar a importância de ocuparmos e nos apropriarmos de espaços como este, que é tão aberto, vibrante e rico em ativações culturais e artísticas no coração da cidade. Para o fechamento da visita, propusemos que cada aluno escrevesse uma memória sobre aquele dia. Os relatos que recebemos foram incrivelmente lindos e cheios de afeto, reforçando o valor de cada esforço envolvido nesse encontro. Essas palavras nos conectaram à essência do trabalho educativo e cultural, trazendo à memória os ensinamentos de Paulo Freire e Bell Hooks, que nos inspiram a reconhecer a beleza de transgredir por meio do movimento de esperar, entendido como um gesto profundamente revolucionário."

ATIVIDADE DE MEDIAÇÃO COM ESTUDANTES DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR FIDELINO FIGUEIREDO QUE FORAM VISITAR A EXPOSIÇÃO GEOPRÓPOLIS. FONTE: SELMA MARIA BARRETO

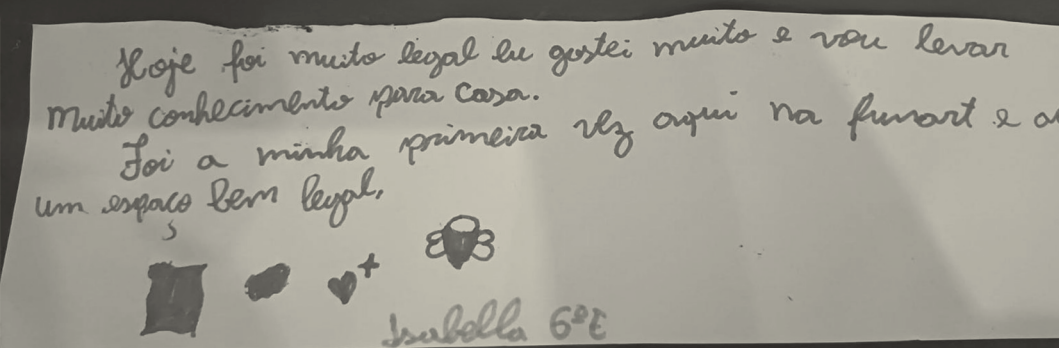


Imagem 31: Fotos dos escritos dos estudantes da Escola Estadual Professor Fidelino Figueiredo que foram visitar a Exposição Geoprópolis. Fonte: Selma Maria Barreto

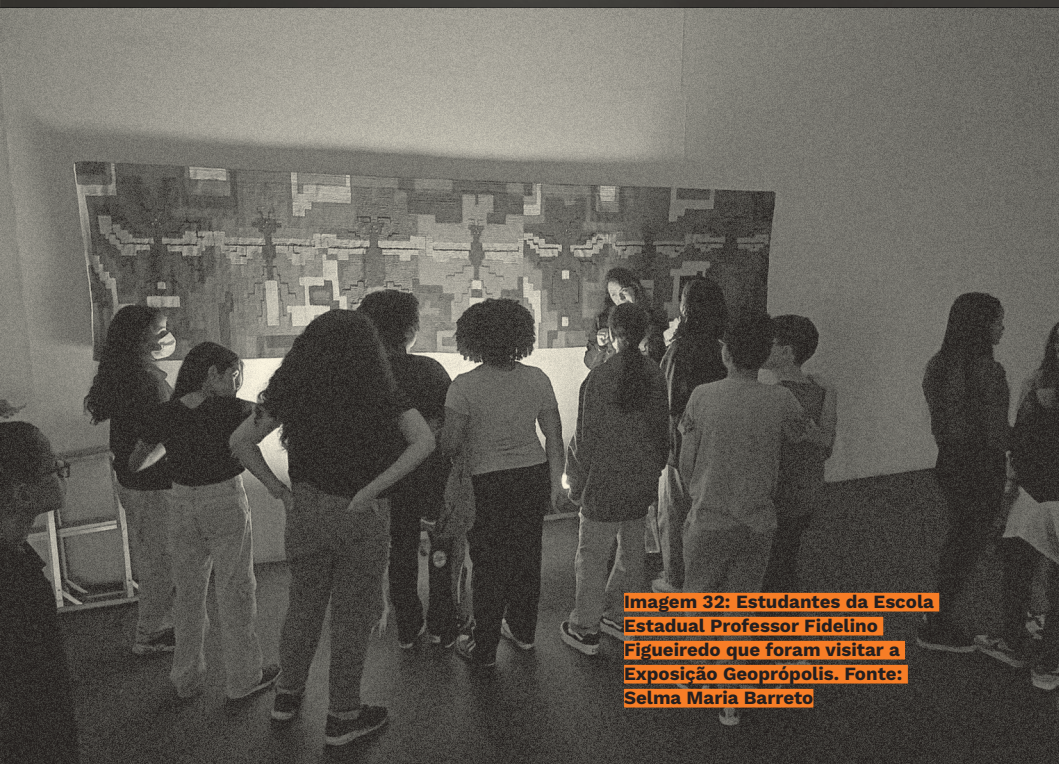


Imagem 32: Estudantes da Escola Estadual Professor Fidelino Figueiredo que foram visitar a Exposição Geoprópolis. Fonte: Selma Maria Barreto

PISTAS E SINALIZAÇÕES



CONCEPÇÃO DE MEDIAÇÃO

- A mediação não diz respeito exclusivamente à fruição, ela integra as dimensões do conhecimento: criação, pesquisa, memória, difusão e formação.
- A mediação não se restringe a públicos em formação inicial nas artes, ela também pode ser direcionada para profissionais das artes interessados em conhecimento especializado.
- A mediação implica um processo de aprendizagem contínua pois, no exercício dialógico, acolhe o dissenso e os conflitos pois lida com dimensões interculturais, disputa de narrativas, entraves burocráticos e desigualdades sociais.
- A mediação se configura como gesto de imaginação política na luta por construir mundos possíveis. Precisamos imaginar pessoas diversas, em espaços emancipados e acessíveis, com dignidade, ativez e soberania conquistadas.



ESTRUTURA E PESSOAL

- A mediação diz respeito à qualidade das presenças, mas também à qualidade das condições estruturais para que as pessoas se façam presentes. Neste sentido, é igualmente importante cuidar dos espaços para proporcionar acolhimento, convivência e bem estar nestes ambientes.
- A mediação é um trabalho profissional no campo das artes que implica qualificação e dedicação para o desenvolvimento de ações planejadas de forma processual e contínua. É, portanto, uma função estruturante na equipe dos espaços públicos de arte e precisa ser valorizada nas suas especifi-

idades, considerando perfil profissional, atribuições e condições de trabalho.

- A mediação possibilita construir vínculos e pertencimentos não apenas com a comunidade externa, mas também no interior das próprias instituições. Além de promover o acesso às artes de trabalhadores que, muitas vezes, não frequentam a programação dos espaços e/ou tem dificuldade de lidar com os seus públicos, possibilita o enfrentamento de pautas relacionadas às questões laborais e relações de poder.
- A mediação se relaciona diretamente com a comunicação. A cooperação entre estes setores potencializa os resultados de ambos, especialmente no contexto de espaços públicos cujas políticas de comunicação estão submetidas a uma institucionalidade robusta.
- A mediação está implicada com a acessibilidade - arquitetônica, comunicacional, estética e atitudinal - para a construção de uma efetiva cultura do acesso.
- A mediação contribui para o trabalho dos artistas, favorecendo a sua qualificação profissional e, por consequência, o desenvolvimento da rede produtiva das artes e de seus agentes.



TERRITORIALIDADE E COMUNIDADE

- A mediação faz com que o espaço artístico seja um equipamento significativo para a comunidade no seu território, contribuindo para o enraizamento das suas ações.
- A mediação pode auxiliar a gestão do espaço artístico a delinear com mais precisão a sua missão, a partir do reconhe-

cimento dos públicos prioritários.

- A mediação promove o sentido de coletividade e de participação social, de modo que o acesso às artes constitui porta de entrada para outros direitos.
- A mediação promove a diversificação dos públicos contribuindo para o convívio entre diferentes e a redução das desigualdades.
- A mediação promove a circulação de informações, a preservação da memória e do patrimônio material e imaterial de um povo.
- A mediação promove a ampliação da circulação de pessoas no local, ativando o espaço artístico e mantendo-o vivo, o que contribui para diminuição da violência.
- A mediação insere o espaço artístico em uma rede de relações que permite a construção de parcerias com outros órgãos e instituições para o enfrentamento de pautas comuns.



ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS

- A mediação possui imenso potencial de articulação com outros setores da vida social, a saber:
- **Educação:** arte e educação são campos de conhecimento fundamentais para a formação humana e a transformação social. Esta relação potencializa o trabalho desenvolvido nas instituições educacionais, possibilitando que estudantes tenham acesso às artes (criação, fruição, formação, reflexão, memória); por outro lado, para os espaços, esta aproximação é uma janela de oportunidade para a sensibilização de novos públicos e/ou para o fortalecimento de laços com frequentadores de suas programações.
- **Economia e Trabalho:** tendo em vista as possibilidades de experiência profissional nos espaços culturais da Funar-

te (técnica, administração, comunicação, dentre outras), a formalização de programas de estágios pode colaborar no aspecto econômico e trabalhista, fortalecendo o ecossistema produtivo, ao capacitar e inserir novos profissionais em espaços de referência no mundo do trabalho. Por outro lado, a vivência destes profissionais nos espaços culturais poderá colaborar com a dinâmica dos mesmos, ampliando a equipe e promovendo a formação de novos quadros.

- **Saúde:** a Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”, de modo que há um conjunto de determinações sociais implicadas no processo saúde-doença, envolvendo a prevenção, a reabilitação, a cura e a promoção da saúde. Se a Constituição Federal de 1988 define que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, a aproximação entre os espaços culturais e as unidades de saúde é benéfica para ambos os campos sociais, no mínimo, cumprindo prerrogativas constitucionais.
- **Assistência Social:** CadÚnico e Bolsa Família são duas estratégias em âmbito federal relacionadas ao enfrentamento à pobreza no país e à promoção da cidadania. Construir articulações com iniciativas como estas pode fomentar o consumo de artes e acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade a espaços culturais;
- **Transporte:** o deslocamento de pessoas até os espaços culturais para acessar as atividades artísticas é uma questão cara para toda iniciativa relacionada à mediação. Articular possibilidades de atendimento a esta demanda junto a governança municipal, por exemplo, pode ser uma estratégia para fomentar o amplo acesso às artes.



Imagem 33: Foto da visita guiada aos bastidores do Teatro Cacilda Becker com estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti. Fonte: Priscila Maia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, voltada para a mediação artística, foi estruturada e testada em três estados com o objetivo de explorar práticas, metodologias e parcerias que ampliem o acesso às artes em espaços públicos de arte. Os relatórios das coordenações regionais do Programa Nacional de Mediação Artística apresentam contribuições valiosas a partir dos seus estados para a consolidação de uma política pública voltada ao acesso às artes.

Os achados revelam que, reconhecendo a experiência arrebatadora de fruição, que para muitas pessoas foi vivenciada pela primeira vez no âmbito do Programa, é fundamental que a mediação não se restrinja a esta dimensão do conhecimento, se relacionado com outros aspectos do fazer artístico.

Os princípios de dialogismo, diversidade e colaboração, quando articulados a uma experiência estética, crítica e emancipatória, confirmam como a mediação artística realmente tem força aglutinadora, capaz de deslocar, provocar e convocar a pluralidade de corpos e ideias, constituindo efetivo exercício de cidadania e de democracia.

O cuidado com o modo de construir a qualidade das presenças evidenciou camadas estéticas, éticas, políticas e poéticas da mediação em artes, bem como a importância de que esta qualidade também se reflita no próprio espaço artístico - estrutura, equipamento e pessoal. Neste sentido, a mediação pode ter um papel fundamental de sensibilização, integração e formação continuada para as equipes, públicos e artistas.

Outro resultado significativo foi o reconhecimento do público na abordagem artística de questões sociais emergenciais, a exemplo de racismo, transfobia e violência contra a mulher. No que diz respeito à cultura do acesso, houve um aprofundamento no decorrer da implementação do projeto-piloto, demonstrando o potencial dos espaços públicos se constituírem como centros de referência também para esta agenda, ampliando o debate sobre acessibilidade.

Especificamente no que diz respeito às equipes dos Espaços e Complexos Artísticos da Funarte, é importante registrar que os funcionários da Funarte São Paulo, ainda na etapa de análise de realidade, destacaram a dimensão da formação, demarcando a vocação do espaço público em promover a experimentação de linguagens e a qualificação de artistas, o que singulariza o papel do equipamento para a comunidade e território.

A participação das equipes da Funarte no processo foi ressaltada como um ponto positivo no Rio de Janeiro - desde o acolhimento na chegada dos públicos ao desejo de desenvolver atividades específicas, como visitas mediadas aos teatros e celebração de convênios com instituições de formação, sobretudo na área técnica de espetáculos.

Em Minas Gerais, o Quintal de Mediação se mostrou um espaço sensível e acolhedor. Mais do que a apresentação de uma obra, ali existia um sonho e projeto de vida, um investimento pessoal e coletivo, uma trajetória de lutas. Deste modo, o projeto despertou um maior interesse e atenção dos trabalhadores do espaço em relação aos públicos frequentadores do espaço: a equipe da Funarte MG se mostrou implicada e entusiasmada.

A experiência do Programa Nacional de Mediação Artística demonstrou que problematizar a vocação e dimensão pública dos espaços artísticos é fundamental para se promover meios de acesso à artes, ampliar e reforçar vínculos e parcerias, seja com instituições, coletivos artísticos e/ou agentes sociais presentes no território. Assim, a mediação artística pode ser considerada como gesto político no campo das artes.

A preocupação com a continuidade do trabalho foi ressaltada, indicando a necessidade de investimento no tempo, para que os vínculos almejados efetivamente se consolidem. Neste sentido, a experiência em São Paulo contou com um diferencial muito importante: a contratação de uma mediadora da Funarte durante o período de implementação do projeto. Esta ampliação da equipe é um indicativo de grande relevância para a continuidade e desdobramento do trabalho,

bem como um avanço significativo no que diz respeito às políticas públicas para o acesso às artes.

Avaliou-se que os objetivos de promoção de atividades de fruição estética, reflexão crítica e prática artística para garantia do acesso às artes foram alcançados. Na perspectiva de que estas contribuições subsidiem a formulação de políticas públicas, as experiências apontam, com firmeza, a necessidade de que a mediação artística para o acesso às artes seja efetivamente considerada como ação estruturante de espaços públicos de arte, recomendando a importância de profissionais dedicados a esta função.

Conclui-se, deste modo, que os espaços públicos de arte - a exemplo dos Espaços e Complexos Artísticos da Funarte - são, fundamentalmente, espaços de cidadania, que exercem um papel estruturante na sociedade. O acesso às artes é um direito cidadão e a implementação de programas de mediação artística nos espaços públicos de arte é um passo decisivo nesta direção.



REFERÊNCIAS

AQUINO, Rita Ferreira de. **A prática colaborativa como estratégia para a sustentabilidade de projetos artístico-pedagógicos em artes cênicas**: um estudo de caso na cidade de Salvador. 307f. il. 2015. Tese (doutorado) – Escolas de Dança e Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. Coleção Sesc Culturas. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BRANDÃO, Ana Elisabeth. **A arte como Tecnologia Educacional**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11336.htm>. Acesso em: 03 mai. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm>. Acesso em: 03 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 15 mai. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em: 15 mai. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm> Acesso em: 03 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>

BRASIL. **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais

destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14017.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.017%2C%20DE%2029%20DE%20JUNHO%20DE%202020&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%C3%A7%C3%B5es%20emergenciais%20destinadas,20%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020.>>. Acesso em: 03 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 03 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei nº. 14.399, de 08 de julho de 2022.** Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14399.htm>. Acesso em: 03 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação em tempo integral cresce no Brasil.** Brasília: MEC, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/educacao-em-tempo-integral-cresce-no-brasil>. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola em Tempo Integral:** conceito. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/fundamentos/conceito>. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola em Tempo Integral.** Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural:** o direito à cultura. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** São Paulo: Moderna, 2006.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura Botelho; SEVERINO José

Roberto Severino (Orgs). **Direitos Culturais**. Cultura e pensamento. Vol 1. Salvador: EDUFBA, 2018.

DESGRANGES, Flávio. **A pedagogia do espectador**. São Paulo: Hucitec, 2003.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. Trad.: Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DEWEY, John. **Experience and Education**. New York: Macmillan, 1938.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução de Maria Teresa de Almeida. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Obra original publicada em 1938).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. (Obra original publicada em 1970).

FULLAN, Michael. **The New Meaning of Educational Change**. New York: Teachers College Press, 2001.

FUNARTE. Disponível em: <https://www.gov.br/funarte/pt-br>. Acesso em: 07 jan. 2025.

FUNARTE. **Política Nacional das Artes**: Relatório de atividades março de 2015 a maio de 2016. Disponível em: <https://sistema.funarte.gov.br/noticias-antigas/wp-content/uploads/2016/05/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-da-Pol%C3%ADtica-Nacional-das-Artes-4.pdf>. Acesso em 14 ago. 2025.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho*. In: HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

LEWIN, Kurt. Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, v. 2, n. 4, p. 34-46, 1946.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **Política cultural**: fundamentos. São Paulo: Edições Sesc SP, 2023.

O GLOBO. **Escolas em tempo integral têm Ideb mais alto, diz estudo**. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/08/16/escolas-em-tempo-integral-tem-ideb-mais-alto-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 07 out. 2024.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em 03 mai. 2025.

PARDINI, Marisa Ribeiro da Silva. **O ensino de artes na educação básica em tempos de avaliação educacional**: um estudo de caso em uma escola pública estadual paulista. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XMPA8YbuWdvdt0HmNO2sP53abRrTGKiw/view>. Acesso em: 02 dez. 2014.

PROGRAMA NACIONAL DE MEDIAÇÃO ARTÍSTICA. Relatório da Linha de Pesquisa 3. Salvador, 2025.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais**: diálogos possíveis. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

SILVA, E. M. A.; ARAÚJO, C. M. **Tendências e concepções do ensino de Arte na educação brasileira**: um estudo a partir da trajetória histórica e sócio-epistemológica de Arte/educação. In: ANPED. 3ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2007.

SIMIS, Anita; NUSSBAUMER, Gisele; FERREIRA, Kennedy Piau. (Orgs). **Políticas Culturais para as Artes**. Cultura e pensamento. Vol 3. Salvador: EDUFBA, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. **Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional**. Paris, 1966. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/declaration-principles-international-cultural-co-operation>. Acesso em 03 mai. 2025.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris, 2001. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/unesco-universal-declaration-cultural-diversity>. Acesso em 03 mai. 2025.

UNESCO. **Recomendação sobre a participação do povo em geral na vida cultural e sua contribuição para ela**. Paris, 1976. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/recommendation-participation-people-large-cultural-life-and-their-contribution-it?hub=66535>. Acesso em 03 mai. 2025.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

FICHA TÉCNICA



FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE

PRESIDENTA

Maria Marighella

DIRETOR EXECUTIVO

Leonardo Lessa

DIRETOR DE ARTES CÊNICAS

Rui Moreira

DIRETORA DE ARTES VISUAIS

Sandra Benites

DIRETORA DE MÚSICA

Eulícia Esteves

DIRETORA DE PROJETOS

Laís Almeida

DIRETORA DE FOMENTO E DIFUSÃO REGIONAL

Aline Vila Real

DIRETOR DE LOGÍSTICA, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Filipe Barros

COORDENAÇÃO DO PRONAC

Luísa Hardman

ASSESSOR TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Glauber Gonçalves de Abreu

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

REITORIA

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

VICE-REITOR

Penildon Silva Filho

GABINETE DA REITORIA

Denise Vieira da Silva

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PROEXT

Guilherme Bertissolo

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG

Ronaldo Lopes Oliveira

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROGRAD

Nancy Rita Ferreira Vieira

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – PROPLAN

Eduardo Luiz Andrade Mota



**PROGRAMA NACIONAL DE
MEDIAÇÃO ARTÍSTICA - PNMA**

COORDENAÇÃO GERAL

Rita Ferreira de Aquino

VICE-COORDENAÇÃO

Beth Rangel

APOIO A COORDENAÇÃO

Camila Correia Santos Gonçalves

Clecia Maria Aquino de Queiroz

COORDENAÇÃO LINHA 1

Matias Santiago Oliveira Luz Júnior

José Carlos Oliveira Chaves

COORDENAÇÃO LINHA 2

Luiz Antonio Pereira de Sena Júnior

COORDENAÇÃO LINHA 3

Beth Rangel

**PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO
E PLATAFORMA DIGITAL**

TANTOcria - Daniel Sabóia, Fábio
Steque e Patrícia Almeida

FOTOGRAFIA E CAPTAÇÃO DE VÍDEO

Gabriel Teixeira

EXPERIÊNCIAS-PILOTO DE MEDIAÇÃO
ARTÍSTICA NOS ESPAÇOS E
COMPLEXOS ARTÍSTICOS FUNARTE

MINAS GERAIS

Clovis Domingos dos Santos

– *Coordenador de Mediação no
Complexo Funarte Minas Gerais*

RIO DE JANEIRO

Priscila de Azevedo Maia

– *Coordenadora de Mediação nos
Espaços Funarte Rio de Janeiro*

Luana da Silva Bezerra

– *Mediadora nos Espaços
Funarte Rio de Janeiro*

Paula Gorini Oliveira

– *Mediadora nos Espaços
Funarte Rio de Janeiro*

SÃO PAULO

Daniela Scopim Ribeiro

– *Coordenadora de Mediação no
Complexo Funarte São Paulo*

Selma Maria Barreto Estevam

– *Mediadora no Complexo
Funarte São Paulo*

EXPERIÊNCIAS-PILOTO DE
MEDIAÇÃO ARTÍSTICA NAS
ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

BAHIA

Ana Claudia Andrade Ornelas

– *Coordenadora*

Inah Irenam Oliveira da Silva

– *Mediadora*

Uanderson Moura Santos

– *Educador do Subúrbio 360 - Preceptor*

Jorge Silva – *Artista Residente I*

Denny Neves – *Artista Residente II*

CEARÁ

Juliana Maria Girão Carvalho Nascimento

– **Docente UFC - Coordenadora**

Nathalia Moreira Fiuza

– **Licencianda UFC - Mediadora**

Larissa Gondim Freitas

– **Professora Educação Básica do
Município de Fortaleza - Preceptora**

DISTRITO FEDERAL

Maria del Rosario Tatiana

Fernández Méndez

– **Docente UNB - Coordenadora**

Júlia Ferreira Alves

– **Licencianda UNB - Mediadora**

Marina Vaz Andre Moyle

– **Professora Educação Básica do
Distrito Federal - Preceptora**

ESPÍRITO SANTO

Emerson Campos Gonçalves

– **Docente FAMES - Coordenadora**

Benjamin Felipe Cota Villa Real

– **Licenciando FAMES - Mediador**

Morgana Guss Pedroni

– **Professora Educação Básica do
Estado do Espírito Santo - Preceptora**

PARÁ

Larissa Melo Chaves

– **Docente UFPA - Coordenadora**

Matheus Campos de Oliveira

– **Licenciando UFPA - Mediador**

Arianne Roberta Pimentel Gonçalves

– **Professora Educação Básica do
Estado do Pará - Preceptora**

PARANÁ

Robson Rosseto

– **Docente UNESPAR - Coordenador**

Matheus Marcos Martini

– **Licenciando UNESPAR - Mediador**

Francieli Benedetti Cavalheiro

– **Professora Educação Básica do
Município de Curitiba - Preceptora**

PROPOSTAS CONTEMPLADAS NO PROGRAMA FUNARTE DE APOIO ÀS AÇÕES CONTINUADAS 2023

ESPAÇOS ARTÍSTICOS

- A capoeira na Transmissão dos saberes Ancestrais
- A Obra - 27 anos contrariando as estatísticas
- Absurda Presente! Manutenção Casa Absurda
- Ações Que Transformam
- Armazém Multiverso Caparaó
- Ateliê de Percussão
- Bituca: Universidade de Música Popular - um Espaço Cultural
- Boca da Mata Culturas Cabocas: Pelo Direito à Arte e à Identidade Indígena no RN
- Casa dos Arcontes em Rede: histórias do lugar
- Casa SeNsorial de Arte e Inclusão
- Casa Som Amazônia - Amplificando o Eco da Arte
- Casarão Arte, Cultura e Cidadania
- Celebrar os 40 buscando outros 40
- Centro de Documentação Acervo da Laje: Um arquivo lúdico às margens de Salvador
- Circo dos Bichos Doidos
- Escola Equilibrista de Formação em Circo
- Espaço Galpão do Riso: 21 Anos de Resistência Artística!
- Espaço Grupo Caixa Preta _ Território das Artes
- Espaço Reocupa - Resistência Cultural Upaon Açu
- Instituto Cultural Famigüê - Manutenção
- Manutenção do Espaço Cultural Mapati

- Manutenção do Museu Transgênero de História e Arte 2024
- Manutenção e Programação do Espaço Cultural Casa Circo Gamarra
- Manutenção Espaço Cultural QuinTao das Artes
- Memorial Kaingang: Andila Nĩvygsãnh
- Minerva Cachoeirana - Ensinamentos de uma Filarmônica Secular
- Ocupação Espaço O Poste
- Plano Anual Galpão Bela Maré 2024
- Projeto Preservando acervo e memória do Teatro de Formas Animadas da Cia Gente Falante
- Sala dos Toninhos - 10 anos - Uma Rede Usina Geradora de Cultura
- Sede Cultural DoSol
- TEAF Recebe
- Territórios de Cultura: Circuito Ocoy-Jacutinga
- Usina Cultura: formação, manutenção e continuidade

EVENTOS ARTÍSTICOS CALENDARIZADOS

- 10º Festival Internacional de Circo do Ceará
- 11º Encontro Nacional de Cultura Popular no Vidigal
- 16º Encontro Nordestino de Xaxado
- 19º Festival Se Rasgum
- 21º Festival de Inverno de Friburgo
- 22º Festival Mundial de Circo
- 29º Edição do Encontro dos Tambores (2024)
- 4º ART'INCLUIR
- 6º Festival MC :: Movimento Cidade
- 7º Festival do Boneco
- Encontro Brasileiro de Viola da Gamba
- Encontro Nacional Sambadeiras

- de Bimba Filhas de Biloca
- FestFoto 2024 Descentralizado - - Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre
- Festival de Círcos do Piauí
- Festival de Dança Itacaré 2024
- Festival Imune 6ª edição
- Festival Internacional de Dança em Paisagem Urbana - Marco Zero
- Festival Internacional de Sapateado - Floripa Tap
- Festival Latinidades
- Festival Matias de Teatro de Rua
- Ilumina Festival
- IV COIREM - Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà
- Junta - Feira de Arte
- Mimo Festival
- Quizomba: o samba e outros batuques
- Rio de Violas 6a edição - Encontro de Violeiros do Rio de Janeiro
- TRISCA - Festival de arte com criança - edição #6
- XIII FESTMAR - Festival Internacional de Teatro de Rua do Aracati
- XV Festival Internacional de Música de Campina Grande
- Zona Mundi - Circuito eletrônico de som e imagem

GRUPOS E COLETIVOS ARTÍSTICOS

- "Cultura e Cidadania"
- "Maria Conga esse quilombo é seu, esse quilombo é nosso"
- 33 Anos de (RE) Existência e Graça - As Marias da Graça
- 35 anos da Companhia Azul Celeste - Resistência, Arte e Cultura no interior do Estado

- A história continua – 15 anos de trajetória artística da Trupe Arlequin
- A Lenda na Cena - Sertões de Pernambuco
- A Roda - 26 anos de teatros de bonecos
- Ateliê 23: 10 anos!
- Boi Estrela de Igatu - 18 Anos é Pedra de Resposta
- Boyásha - 15 anos sobre rodas
- Brincando de fazer o bumba – itinerância, manutenção e ações artísticas do Bumba Meu Boi Encanto do Olho d'água
- Casa 42: Preservação da memória cultural, espetáculos e vivências artísticas para crianças, jovens e adultos
- Cena 3x4: dramaturgias de ocupação para espaços públicos
- Cia de Achadouros faz 10 anos
- Cia. Pão Doce 20 anos
- Circo Teatro Palombar - 11 Anos de Ações Continuadas
- Circulação de Oficinas de Criação e Adaptação de Figurinos para Noivos e Rainhas Juninas
- Comédia Cearense - Onde a Arte Acontece
- Confraria da Dança – 28 Anos em Trajetória
- Confraria do Impossível
- Cultura Entrelaçada Preta
- Giradança 2024
- Grupo Boi Marinho - Ações Culturais e Pedagógicas
- Grupo de Pesquisa em Teatro de Animação e Manutenção da Cia Mútua
- Imersão Cênica - Formação, Circulação e Capacitação em Teatro
- Lamira, Viva!
- Legado Restaurado
- Manutenção das atividades da Catavento Companhia Circense (2024)
- Marujada de Quatipuru - Arte, Devoção, Ensino e Festa
- Muovere Cia Techlab
- Nosso palco é a Rua
- Orquestra Jovem de Sete Lagoas - Aquisição de instrumentos
- Súbita Companhia de Teatro Plano anual
- Teatro como oficina: no terreiro de casa a gente vira ser tão
- Teatro Faces em Flores
- Tuapandula Brasil
- Ubu Trans Erê – Identidades em Trânsito
- Vozes do Território – Mulheres Ribeirinhas do Canto Marginal A Independência



AGRADECIMENTOS:

Aline Sobreira de Azevedo Santos, Ana Verena Madeira, Antrifo Sanches, Beatriz Adeodato, Débora Scaldaferrri, Ednei Pereira, Florisvaldo Freitas, Francis Wilker, Gilsamara Moura, Guilherme Bertissolo, Jacqueline Cruz, Isabela Gondim, Katemari Rosa, Lenira Peral Rengel, Lúcio Rocha, Renata Rocha, Túlio Fabrine, Vivian Reis.



SALVADOR, BAHIA - JUNHO DE 2025.



REALIZAÇÃO



PROEXT•AC

80^{anos}UFBA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte 50^{ANOS}

MINISTÉRIO DA
CULTURA

